

<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n59p129-140>

A “MEIA-NOITE”* NO SÉCULO: A II Guerra Mundial e a resistência

MIDNIGHT IN THE CENTURY: World War II and the resistance

Raquel Varela **

RESUMO: O desemprego nos EUA e na Europa só foi revertido em 1938-1941, quando teve início a militarização da sociedade e se transformaram desempregados em soldados, no começo da II Guerra Mundial. Não foram as medidas keynesianas que reverteram a crise de 1929, mas a proletarianização massiva de largos setores camponeses – com a coletivização forçada na URSS ou o colapso bancário dos pequenos camponeses nos EUA, retratados em *As vinhas da ira* (STEINBECK, 2016) – e, mais tarde, a destruição da propriedade a uma escala inédita na história da humanidade. Foi o apocalipse da II Guerra Mundial, com os seus, os nossos, 80 milhões de mortos. Foi a maior derrota da humanidade. Neste artigo, olhamos para os principais acontecimentos da II Guerra Mundial e da Resistência a esta, recordando que os campos de concentração nazi eram campos de trabalho forçado. O trabalho forçado, à escala de milhões entre 1939 e 1945, em centenas de campos e subcampos, inseridos na cadeia produtiva de algumas das maiores empresas da indústria alemã, esteve no centro do projeto do Estado nazi.

PALAVRAS CHAVE: II Guerra Mundial. Resistência. Trabalho Forçado. Nazismo.

ABSTRACT: Unemployment in the US and Europe was only reversed in 1938-1941, when the militarization of society began. Unemployed became soldiers at the beginning of the war. It was not the Keynesian measures that reversed the crisis of 1929 but the massive proletarianization of large peasant sectors – with forced collectivization in the USSR or the collapse of the small peasants in the US portrayed in *The grapes of wrath* (STEINBECK, 2016) – and later the destruction of property on an unprecedented scale in the history of humanity - was the apocalypse of World War II, with its 80 million dead. It was the greatest defeat of mankind. In this article we look at the main events of World War II and the Resistance to it, recalling that the Nazi concentration camps were forced labor camps. Between 1939 and 1945, forced labor, in hundreds of camps and sub camps, inserted in the productive chain of some of the biggest companies of the German industry, was at the center of the project of the Nazi State.

KEYWORDS: World War II. Resistance. Forced Labor. Nazism.

A Alemanha estava moribunda, mas parecia que os alemães não se apercebiam disso. Depois do atentado contra Hitler em Junho, o país vivia no terror; bastava uma denúncia, uma falta ao trabalho, uma palavra descuidada, para se ir parar às mãos da Gestapo como derrotista, e por isso militares e civis cumpriam as suas obrigações como sempre fizeram, movidos ao mesmo tempo pelo medo e por um sentido inato de disciplina.

* Título do romance de Victor Serge (*Midnight in the century*), publicado originalmente em 1939 (SERGE, 2015).

** Historiadora, investigadora e professora universitária. Starting Grant da Fundação para a Ciência e Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa/IHC e Fellow do International Institute for Social History (Amsterdam). Professora-visitante internacional da Universidade Federal Fluminense, onde leciona uma cadeira na área de História Global do Trabalho no Programa de Pós-Graduação em História.

Havia uma Alemanha fanática e suicida que aterrorizava uma Alemanha já desencorajada e intimamente vencida. (LEVI, 2015, p. 43).

A Guerra Global

No dia 10 de maio de 1940, os alemães invadiram a França e os Países Baixos. Ingleses e franceses avançaram para o Norte para tentar combater a tropas alemãs ali. A “guerra relâmpago” de Hitler – inspirada nas técnicas de guerra rápida das invasões francesas (1792-1815) e da guerra civil norte-americana (1861-1865) – parecia, naqueles dias, imparável: as tropas do Führer entraram pelas Ardenas francesas. Iniciou-se, então, a “Operação Dínamo”, uma das maiores evacuações de tropas de sempre – 300 mil soldados ingleses e franceses foram retirados pelo porto de Dunquerque. Winston Churchill e Charles De Gaulle assumiram o comando da Inglaterra e da França contra Hitler.

A França sucumbiu. A sul, os aliados contavam com a “Linha Maginot”, uma linha defensiva rígida que, em poucos dias, caiu nas mãos dos alemães: Paris e 2/3 da França foram ocupados pelos alemães que estabeleceram, com a conivência de largos setores da direita francesa, um regime fantoche pró-nazi liderado pelo marechal Pétain, regime conhecido como a França de Vichy.

A guerra tornou-se mundial em 1941, com a invasão pelos japoneses de Pearl Harbour e a invasão da URSS pela Alemanha na Operação Barba Ruiva, também em 1941. Já em 1931 os japoneses haviam invadido a Manchúria e usado esse território para ocupar a China a partir de 1937. E, em 1935, havia ocorrido a invasão da Abissínia (Etiópia) pela Itália.

De Gaulle ganhou o apoio da maioria dos países europeus quando se propôs dirigir a resistência ao nazismo a partir de Inglaterra. A coligação contra o nazismo – a URSS, EUA, GB e a França Livre – teve porém uma resposta tardia com o desembarque anglo-franco-americano, que vai fazer-se só em 1944. Estaline também tinha adiado a resposta ao nazismo, assinando o Pacto Ribentrop-Molotov em 1939, de não-agressão entre a Alemanha a URSS e de divisão da Polónia, esperando que os países imperialistas lutassem uns contra os outros. O efeito deste pacto sobre os comunistas organizados foi devastador. Vejamos o exemplo da Checoslováquia.

Em Setembro de 1938, Daladier, da França, e Chamberlain, do Reino Unido, assinaram, com Hitler e Mussolini, nos Acordos de Munique, o destino da Checoslováquia. Os nazis invadiram e anexaram a região dos sudetas, território checo onde vivia uma importante comunidade alemã, em 1938 – a reacção é de complacência silenciosa, por parte da França e do Reino Unido e da URSS também. A *real politik* que dominava a diplomacia no sistema internacional de Estados foi abrindo cada vez mais o caminho a Hitler.

Jiri Pelikán, destacado militante do PC Checo, conta:

O Pacto Nazi-soviético chegou-nos como um choque [...]. Lembro-me claramente do caso de um amigo. Era muito mais velho e tinha sido comunista desde os tempos da Universidade em 1933 e era uma dos líderes do partido comunista na zona da Moravia⁹². Quando recebeu as instruções do Comintern depois da ocupação nazi tremeu. Até mensagens assinadas pelo Gootwald⁹³ postulavam que os soldados alemães que tinham invadido a Checoslováquia eram, na verdade, proletários fardados de uniforme militar e por isso não eram de modo algum inimigos de classe. Os verdadeiro inimigos eram a burguesia checa [...] Era esta a linha do Comintern [...] Quando o pacto foi assinado o choque ainda foi maior [...]. [Depois da invasão da URSS pelo exército nazi a situação mudou radicalmente] agora as instruções de Moscovo era para cooperarmos com

⁹² Região da Europa central na parte oriental da República Checa.

⁹³ Líder do Partido Comunista da Checoslováquia.

todas as forças anti fascistas de resistência. (PELIKÁN, 1972, p. 2, tradução nossa).

Do outro lado o cinismo não foi menor, expresso, como lembra o filósofo Roger Garaudy nas palavras de Truman: “se virmos que a Alemanha está em vantagem, deveremos ajudar os soviéticos, de modo a que eles se matem o mais depressa possível uns aos outros” (GARAUDY, 1995, p. 51).

Os soviéticos foram os que mais sofreram em perdas, 20 a 30 milhões de mortos, não se sabe ao certo. No Atlântico, no norte de África e no Pacífico, a guerra também foi devastadora. No cerco de 900 dias de Leningrado, nas batalhas de Guadalcanal, El Alamein, Iwo Jima, Tóquio, Dresden, Varsóvia, Hiroxima, Nagasaki. A batalha de Kursk, localidade situada a 450 quilômetros a sudoeste de Moscovo, palco da maior batalha de tanques da história, entre o exército nazi e o soviético em julho e agosto de 1943. Monte Cassino...Mas foi justamente em Stalingrado – em 1942 e 1943 –, centro de cruzamento geográfico de rotas e nó vital da Rússia, que se deu o verdadeiro volte-face na guerra. Com a derrota a leste, e a “solução final” contra os judeus e ciganos, os aliados foram obrigados a traçar uma estratégia comum.

Primeiro em Casablanca e depois na Conferência de Teerã, em novembro de 1943, os aliados decidiram o desembarque no sul e no norte de França para maio de 1944. O Dia D deu-se a 6 de junho de 1944, com um sucesso rápido, e permitiu caminhar para libertar Paris. Além do desembarque na Normandia, menos conhecido mas fundamental, no sul de França dezenas de milhares de magrebinos derrotaram, em agosto de 1944, na Operação Dragão, em 14 dias, as tropas nazis a sul, isolando-as nos Alpes.

Mais tarde, em Ialta e Potsdam, os aliados definiram a divisão do mundo, já com a eminente derrota da Alemanha e do Japão, depois dos bombardeamentos aéreos massivos de Dresden, ou Tóquio, e a utilização, pela primeira vez na história, da bomba atômica. A primeira bomba atômica soviética foi testada em 1949.

A perseguição nazi aos judeus e aos ciganos e outros grupos teve como primeira razão a necessidade de encher os campos de trabalhadores forçados que fizeram a economia de guerra nazi. Embora a sua perseguição seja centenária. Os holandeses, que conquistaram pela força as rotas comerciais aos portugueses, desprotegidas durante a Dinastia Filipina, haviam incorporado também algum saber cartográfico e matemático de judeus expulsos da Península, no final do século XV. Ainda hoje, ao lado da Sinagoga Portuguesa em Amsterdão, está a Estátua ao Estivador, erguida em nome da maior greve contra o nazismo realizada na Holanda, em 1941, quando um decreto de trabalho forçado obrigou os judeus do porto de Amesterdão e operários navais de Roterdão a serem recrutados para as fábricas de guerra do expansionismo nazi. A greve contagiou todo o norte de Amesterdão mas acabou por ser derrotada.

Junto com o levantamento do gueto de Varsóvia (1943), esta greve de 1941 esteve entre as poucas respostas de massas organizadas deste sector. A quem o mundo virou as costas.

A Interpol foi fundada em Viena em 1923 e, em 1938, Reinhard Heydrich, um dos generais das SS, torna-se o chefe da Interpol Europeia, e todos os arquivos são trasladados de Viena para Berlim. Curiosamente, a maioria dos Estados não parou a sua colaboração com a Interpol durante a Segunda Guerra Mundial. Os suíços continuaram a trabalhar com os alemães e o facto de os judeus terem um “J” carimbado nos seus passaportes (de *Jude*, judeu) tem a ver com a Interpol. Os suíços insistiram para que os judeus alemães tivessem o “J” no seu passaporte para que pudessem recusar os refugiados judeus que tentassem entrar na Suíça. (ENTREVISTA..., 2015).

Mas por que os judeus serão mortos e não permanecem nos campos a trabalhar? A decisão de matá-los (“solução final”) foi tomada na Conferência de Wannsee, a 20 de janeiro

de 1942. Na Conferência, os nazis calcularam que era impossível alimentar todo o império nazi com proteína (só comeriam batatas) porque, depois da derrota a leste, onde estavam as terras mais férteis, na Ucrânia não tinham acesso a campos de produção essenciais. Para conseguir essa porção de proteína para os seus, os nazis concluíram que era necessário parar de alimentar, ainda que mal, 6 a 7 milhões de pessoas. Na I Conferência de Wannsee, decidiu-se a “solução final”, morte por gás, contra os judeus. Na V Conferência de Wannsee, contra os ciganos.

Um grupo de investigadores austríacos do estudo do trabalho forçado nos campos de concentração (RATHKOLB, 2001) publicou os primeiros resultados sobre a problemática do nazismo como um “gigantesco campo de trabalho”, que, sabe-se hoje, albergou centenas de campos e subcampos em toda a Europa ocupada, incluindo também alguns trabalhadores portugueses (ROSAS, 2017). Doentes, crianças, velhos eram mortos, mas os saudáveis, depois de despidos de qualquer identidade (cabelo cortado, roupa idêntica) eram colocados a trabalhar em empresas privadas mas dependentes da economia de guerra planejada e financiada pelo Estado.

O memorial histórico do campo de trabalho de Mauthausen, na Áustria, foi exemplar desta cadeia produtiva e contrariou a tese de um regime primordialmente baseado no racismo pois, se nesse campo os judeus eram os mais mal tratados (ficando num armazém com menos condições ainda do que os outros prisioneiros), ele foi, desde a abertura, uma empresa pedreira, uma fábrica, de trabalho compulsório e gratuito. E onde os dirigentes políticos revolucionários, judeus ou não, foram os primeiros a ser mortos, empurrados, numa fila, pelos seus camaradas, para um desfiladeiro – os nazis chamavam-lhe, sordidamente, os “paraquedistas”.

O tema tem importância para o futuro porque neste como em muito outros acontecimentos históricos insiste-se em sublinhar os fenómenos culturais fragmentários – identidade de género, etnia etc. – e secundarizar o que é essencial ao regime de acumulação capitalista (WOOD; FOSTER, 1997). Insistimos: o nazismo não foi uma perversão de um louco, mas a militarização da sociedade para salvar o capitalismo de sua essência destrutiva, destruindo ainda mais.

Segundo Gerhard Baumgartner, historiador e diretor do Centro de Documentação da Resistência Austríaca:

O que as SS fazem é criar campos de concentração e grandes fábricas dentro destes, pondo-os a funcionar como um sistema auto-sustentado. [...] É possível ver que nas primeiras deportações, de 1938-39, foram os jovens e fortes (ciganos) a ser enviados para a Alemanha para trabalhar; em 1941-1943, foi a vez das crianças e dos idosos a serem deportados para a Polónia para serem mortos. [...] Não havia trabalhadores suficientes na máquina de guerra Nazi. Com o rearmamento, o mercado de trabalho na Alemanha foi completamente esvaziado. Os *roma* estavam a ser deportados para os campos de concentração, porque as SS precisavam de força de trabalho. Nem todos estavam desempregados e foram levados dos seus locais de trabalho e arrastados para os campos de concentração, porque as SS tinham estabelecido empresas nos campos e precisavam de pessoas para trabalhar lá. Mais tarde, os Nazis viriam a matar todos os que tinham de alimentar, quando se aperceberam que não havia comida suficiente para toda a população do Terceiro Reich, em 1942-43. [...] Há duas teorias sobre o Holocausto: uma é a teoria intencionalista, que diz que os Nazis sempre tiveram a intenção de matar cada judeu; a outra é uma espécie de visão funcionalista do Holocausto, e eu acho que se pode provar que tem muito a ver com esta. A decisão de matar os judeus em grande número é tomada no momento em que os Nazis são informados pelos seus economistas que é necessário matar vários milhões de pessoas para que seja possível garantir a distribuição e consumo de carne pelos alemães. A decisão é tomada na famosa Conferência de Wannsee, onde a conclusão a que chegam é que se alguém tem que morrer, então, que sejam os judeus. A partir desse momento deixa de interessar se eles produziam um milhão de

coisas para o exército alemão... havia demasiadas bocas para alimentar. (ENTREVISTA..., 2015, p.17-22).

A 7 e 8 de maio de 1945, o horror teve um fim. Foram assinados os instrumentos de rendição alemã, incondicional. Paris já tinha sido libertada em agosto de 1944, numa festa que tinha à frente os brigadistas republicanos. Os tanques tinham nomes como “Teruel”, “Guernica”, porque os gudaris bascos e os catalães foram essenciais para organizar a resistência, especializados em montanha (Pirenéus) e estiveram na linha da frente na libertação e Paris.

Porém, do outro lado, a oriente, a barbárie ainda estava a caminho:

Uma temperatura comparável à provocada por um astro produziu-se quando a bomba atômica explodiu no coração de Hiroshima, onde continuam a lavar os incêndios [...]. Uma emissão da rádio de Tóquio captada em Nova Iorque diz que a bomba atômica matou todos os seres vivos – humanos e doutra espécie – em Hiroshima. A rádio acrescentou que os mortos estão de tal forma queimados que não podem ser reconhecidos. As autoridades não conseguem conhecer o número definitivo das vítimas. A cidade transformou-se numa montanha de ruínas. A rádio de Tóquio acrescentou: “Os efeitos foram tremendos. Os que estavam na rua e nas praças da cidade foram queimados vivos e os que se encontravam em casa morreram em consequência da pressão do ar e do calor. Com as destruições que se deram, em que se incluem os hospitais e as farmácias, as autoridades estão impossibilitadas de agir. (DIÁRIO DE LISBOA, 8 ago. 1945).

O tom de um dos mais criminosos acontecimentos da história do mundo teve honras de dividir capa do *Diário de Lisboa* com um faustoso almoço que o Dr. Oliveira de Salazar ofereceu às missões da Academia Brasileira e Portuguesa. A fotografia, claro, era do banquete. Mas, mesmo ao lado do banquete, no qual se reconheciam finos copos de cristal e ramos de flores, estavam as declarações do capitão William Parsons, da Esquadra americana, que seguia na “Super-fortaleza” que lançou a bomba atômica:

Tudo o que se passou – disse – foi tremendo e encorajador. Depois de ter sido largada a bomba, ainda sentimos o choque que nos fez abalar. Os homens que se encontravam comigo exclamaram: “Meu Deus!”. Hiroshima estava transformada numa montanha de fumo. (DIÁRIO DE LISBOA, 8 ago. 1945).

O “produto” a que se referia o capitão norte-americano era a mais poderosa bomba usada até aí lançada sobre uma cidade inteira, facto proibido em todas e quaisquer leis e convenções que regiam a guerra, entre elas a Convenção de Haia⁹⁴. Mas o que estava proibido nas leis de papel estava inscrito nas da guerra. A oriente, os americanos queriam ter a última palavra a dizer. Por outro lado, lançar a bomba era um aviso a todos os outros impérios de que os EUA tinham agora a superioridade nuclear. O Japão rendeu-se, mas rendeu-se às mãos e sob controle norte-americano.

O exército dos EUA escolheu a base de Alamogordo, no estado do Novo México, para plataforma experimental do seu programa nuclear. Foram cerca de três mil os trabalhadores que se puseram a construir a bomba atômica, a partir de 1943. Muitos dos físicos que pertenceram ao projecto liderado por Oppenheimer fizeram-no em nome de impedir a Alemanha de Hitler de desenvolver semelhante bomba. Dois deles, assim que reconhecem que esse perigo não existia mais, em 1944, retiraram-se do projeto: John Rotblat e Edward Condon. Em junho de 1945, já depois da rendição alemã, um grupo de cientistas liderados por James Franck pediu ao governo norte-americano para que a bomba

⁹⁴ Convenções de Haia, de 1899 e 1907, são, junto com as Convenções de Genebra, os primeiros tratados internacionais sobre leis e crimes de guerra.

não fosse usada no Japão mas sim numa ilha deserta. Alguns membros do governo e oficiais militares japoneses seriam convidados para assistir à deflagração da bomba e assim evitar-se, pensavam estes físicos, a calamidade de Hiroshima e Nagasaki. O relatório Franck foi encaminhado para o presidente Truman, que rejeitou a proposta.

Às oito horas e quinze minutos do dia 6 de agosto de 1945, um B-29, nome de baptismo “Enola Gay”, lançou a uma bomba atômica – com o cognome “Pequeno Rapaz” – sobre a cidade de Hiroshima, no Japão. Um relato japonês descreveu Nagasaki após o bombardeamento como “um cemitério sem uma única lápide de pé”. O Japão, através da Suíça e da Suécia informou, no dia 10 de agosto, que se renderia sem condições.

Hiroxima nunca foi “necessária para ganhar a guerra”. Em Yalta, em fevereiro de 1945, acordou-se que a URSS entraria em guerra contra o Japão três meses depois da rendição alemã. Esta deu-se a 8 de maio de 1945, pelo que os Russos iriam entrar, e de facto entraram em guerra contra o Japão, a 8 de agosto de 1945. Mas os EUA, ao lançarem a bomba sobre Hiroxima a 6 de agosto e sobre Nagasaki a 9 de agosto, obrigaram à rendição incondicional do Japão. No dia 15 de agosto, o imperador japonês anunciou aos súditos a rendição, que foi assinada, na Baía de Tóquio, a 2 de setembro de 1945, a bordo do navio norte-americano Missouri. Assim, e ao contrário do que aconteceu na Alemanha, os EUA não tiveram que dividir o território japonês com os russos. Para cima de duzentos mil mortos pereceram sob as duas bombas atômicas – 90% destes eram civis. Não se sabe quantos morreram ou ficaram deformados e/ou doentes pelos efeitos da radiação nos anos seguintes.

Mas a retórica política foi outra. Quando, a 8 de agosto, tal como acordado em Yalta, a URSS entrou em guerra contra o Japão, os EUA fizeram declarações públicas a congratular-se com o fato. O Secretário de Estado americano, James Byrnes, numa declaração, celebrando a declaração de guerra da Rússia ao Japão, afirmou:

Este acto do governo soviético é de natureza a encurtar a guerra e a salvar muitas vidas. Sinto-me feliz pelo facto de as potências aliadas que cooperaram na Europa para derrotar um inimigo continuem a cooperar no extremo oriente e venham a dar paz ao mundo. Espero que o povo japonês compreenda agora que toda a resistência às forças das Nações Unidas, para o obrigarem a aceitar a lei e a justiça, será inteiramente fútil. (REPÚBLICA, 9 ago. 1945).

No dia 10 de agosto, Truman, presidente dos EUA, falou ao povo americano sobre os problemas da guerra e da paz, afirmando-se publicamente como a nação mais poderosa do mundo no fim da guerra.

A Europa ocidental seria da esfera dos EUA, a de leste da URSS. O Oriente americano. A Europa era definida pelo novo “meridiano de Tordesilhas”, negociado por Roosevelt, Churchill e Estaline no final da II Guerra Mundial. A política da URSS sempre foi, a partir daqui, a de não interferir na área de influência das potências ocidentais delimitada nos acordos de Yalta e Potsdam. A América Latina, tal como a África e a Ásia, não foi, nas conferências entre as potências, em 1945, objeto de partilha. Permaneceram como um terreno de disputa, onde as potências ocidentais e a URSS podiam tentar exercer influência – muitos dos Estados destes três continentes nem sequer existiam em 1945.

Espanha e Portugal estavam no território de influência norte-americana, e esse espaço devia ser respeitado. O país vai sobreviver às revoltas populares contra a carestia no fim da guerra porque fará parte do xadrez da guerra fria, do mundo ocidental a ser protegido contra o comunismo (ROSAS, 2004) – a “good war” não olhava a princípios democráticos quando se tratava de evitar revoltas de trabalhadores.

A Resistência

Terminada a II Guerra Mundial, estavam centenas de milhões de trabalhadores armados em toda a Europa. Como desarmá-los? Como reduzir o conflito à luta entre

democracia e fascismo, entre regimes políticos, expurgando a revolução, mantendo o Estado capitalista na Europa ocidental, inquestionável?

De duas formas: negociando com a URSS e convencendo os Partidos Comunistas a depor armas (HARMAN, 1999, p. 536-541); e construindo o Estado Social, o pacto social europeu, em que o capitalismo teria um travão a si próprio – a garantia da segurança de emprego.

A resistência não podia, segundo De Gaulle, ficar na mão dos comunistas e dos anarquistas que, aos milhares, lutavam nas fileiras da resistência, povoando os “maquis” de França, fazendo explodir comboios alemães que circulavam na França ocupada, criando uma teia de milhares de homens e mulheres que na Europa deram um contributo ímpar para a derrota da Alemanha. Na Albânia, Grécia e Iugoslávia, era evidente que a resistência tinha não só tido o papel fundamental na derrota do fascismo – mais do que as tropas russas ou ocidentais –, como estava, por isso, no controle do poder.

Já a perder a guerra, os alemães deram ordem de concentração dos soldados na Normandia. Do centro da França partiram em direcção ao norte. Entre eles, um batalhão, chefiado pelo comandante Adolf Dieckman, que mandou os soldados, na retirada, fazerem uma ação exemplar: queimar vivos os habitantes da aldeia Oradour sur Glane.

Às duas horas da tarde daquele dia, os alemães chegaram, colocaram os homens dentro de três casas e as mulheres e crianças na Igreja do local. Foram todos regados com querosene e se puxou fogo a toda a aldeia. Às seis horas da tarde, a aldeia tinha desaparecido e 642 pessoas tinham morrido no meio do horror. Seis haviam conseguido fugir, um foi morto pelas costas. Da Igreja, fugiu uma mulher.

No fim da guerra, os franceses decidiram que a aldeia não iria ser reconstruída. Iria ficar como está hoje – uma aldeia inteira, protegida por um muro e um grande portão de ferro com um letreiro “Souviens-toi” (Lembra-te): ruínas das casas, cada uma com uma placa com o nome e a profissão de quem ali viveu, em todas elas conservando-se peças de ferro retorcido, de carros, de bicicletas, instrumentos de trabalho, alfaias agrícolas. Na casa do ferreiro, um torno e uma peça que não chegou a acabar, alguns azulejos.

Ninguém foi responsabilizado pelo massacre. Dieckman foi acusado treze anos depois do massacre, entretanto já tinha convenientemente morrido em 1944. Os generais alemães alegaram, no julgamento, que Dieckman tinha ultrapassado as ordens.

Oradour foi a escolhida, pensa-se, porque, além de estar no caminho, era uma aldeia sem atividade da resistência, composta por camponeses abastados, relativamente alheados da guerra, e que, à passagem dos alemães, não desconfiariam de nada.

O que quer dizer uma aldeia “sem actividade da resistência”? Era a resistência assim tão forte? Depende. Dos países e do ano.

A resistência na Alemanha foi rapidamente dizimada; ainda assim, no final da guerra, 300 mil membros do Partido Comunista Alemão tinham sido encarcerados e 20 mil mortos (GKLUCKSTEIN, 2012, p. 95). Na resistência também estiveram os espões – a Orquestra Vermelha (PERRAULT, 1976), um excepcional grupo de espões pró-soviéticos, alguns infiltrados entre os mais altos cargos do Estado nazi, dirigidos por Leopold Trepper (TREPPER, 1983), um judeu polaco, em estreita ligação com a URSS e a resistência francesa. Embora seja difícil equacionar os seus resultados, pensa-se que esta rede terá evitado a morte a centenas de milhares de soldados.

Na França, a resistência começou sem os comunistas, mobilizando as franjas de anarquistas e trotskistas, muitos dos quais exilados da Espanha franquista. Os polacos a viver em França estiveram entre os primeiros na resistência. Porque o PCF só aderiu à resistência depois da invasão soviética, em 1941, e a maioria do Partido Socialista tinha votado a favor do governo de Petain. A resistência burguesa começou por um oficial intermédio, Charles De Gaulle – promovido durante a guerra ao posto de brigadeiro –, exilado na Inglaterra. Porém, com a invasão soviética, em 1941, e sobretudo depois do decreto de trabalho forçado (1942-43), que obrigou centenas de milhares de trabalhadores a trabalharem compulsoriamente para a Alemanha, a resistência agigantou-se. Em vez de ir para a Alemanha trabalhar na máquina de guerra nazi, forçadamente, subir aos “maquis”

das montanhas ou descer aos tuneis e ferrovias, onde se preparava a explosão dos comboios alemães, milhares aderiram à luta organizada anti-fascista.

O mesmo se passou na Itália, onde a resistência, a partir de 1943, veio unir-se com greves massivas na cintura industrial do norte do país. A 5 de março de 1943, 21 mil trabalhadores (GKLUCKSTEIN, 2012, p. 142) entraram em greve contra a guerra na Fiat Mirafiori, a cidade-fábrica orgulho de Mussolini, e, no final do mês, virtualmente todas as fábricas do Piemonte estavam encerradas. Na Itália, a resistência terá chegado aos 300 mil (“partigiani”) e, na França, ao meio milhão. A resistência também foi muito importante na Noruega, na Bélgica, na Albânia, na Holanda.

A resistência era jovem, mas era sobretudo operária. Apenas 1% dos trabalhadores ingleses era ferroviário, mas 7% apoiavam a resistência (HARMAN, 1999, p. 536). Ela trazia as mulheres para a linha da frente dos bastidores da guerra, a clandestinidade – de tal forma que em países onde foi massiva, como a França, na sequência eram ampliados direitos democráticos até aí inexistentes, como o direito das mulheres ao voto. A resistência era cada vez mais socialista, mas sobretudo comunista, fiel à URSS. Porém, houve outros setores, como os já referidos exilados da guerra civil espanhola, socialistas, polacos radicados em França, anarquistas, trotskistas, que mantiveram a independência até o fim.

Os seus métodos eram disciplinados mas democráticos, ao contrário do exército nazi, onde a adesão, a partir das sucessivas derrotas de 1943 e 1944, recorria ao terror contra as suas próprias tropas. A resistência era de adesão voluntária e ideologicamente comprometida. A inserção dos métodos democráticos foi fundamental para o próprio sucesso da empreitada – quando expulsaram os nazis do norte de Itália, em algumas aldeias formaram-se conselhos de gestão das pequenas vilas, porque o Estado era inexistente; em Leningrado, durante o cerco de 900 dias, formaram-se comitês democráticos – o único lugar onde Stalin não se irá opor a eles – como única forma de gerir a ração cada vez mais parca e impedir o canibalismo, que hoje, sabe-se, foi reduzido.

Ganhou forma na resistência uma estrutura de tipo socialista que começou a abrir brecha na ideia unânime de uma “guerra boa”. Isto é, de que entre o nazismo e a democracia havia outra luta, a da revolução contra o imperialismo. Esta reflexão é feita pelo historiador Howard Zinn – ele próprio combatente na guerra do lado dos aliados –, que se pergunta se esta foi uma “people’s war”. Sim e não. Era uma guerra entre regimes: democracia e fascismo. Sem dúvida. Mas era também uma guerra imperialista. A barbárie não é um exclusivo dos nazis. Como não recordar, diz o historiador, o apoio massivo aos bombardeamentos indiscriminados de civis nas cidades alemãs e japonesas? (ZINN, 2003, p. 421) Acrescentamos nós: as massivas violações, por tropas soviéticas, das mulheres alemãs? E tropas aliadas das democracias ocidentais, quantas violações cometeram? O tratamento humilhante dos prisioneiros japoneses depois da rendição? O encarceramento de 200 mil americanos de origem japonesa nos EUA, por Roosevelt, durante a guerra? O cinismo dos julgamentos dos culpados no fim da guerra, com a “fuga” autorizada de tantos? Para Gluckstein, à pergunta “foi esta guerra uma guerra boa ou uma guerra imperialista?” a resposta é “foi ambas”:

A Segunda Guerra Mundial é diferente de todas as outras. Trouxe horrores inimagináveis – o Holocausto, a aniquilação nuclear, grandes fomes, e mortes de civis a uma escala enorme; mas é também lembrada como a “boa guerra” que destrói o nazismo e o fascismo. Como Clausewitz mostrou, a guerra não é só uma questão técnica mas reflecte correntes políticas profundas. Assim esta dupla natureza da Segunda Guerra persistiu depois de 1945. Se podemos reverter este aforismo por um momento: em tempos de paz “a política foi a continuação da guerra”, continuando o mesmo, por outros meios. (GKLUCKSTEIN, 2012, p. 214, tradução nossa).

Em *Novecento* (que quer dizer o “século XX”), o director Bertolucci retrata o dilema do fim da guerra. Uma das personagens tenta convencer os camponeses, “partigiani”, e operários a entregar as armas porque “acabou a guerra”, e um deles recusa-se e diz-lhe que

acabou a guerra mas não acabou o padrão. A luta entre democracia e fascismo mas também entre capitalismo e revolução.

Na Itália, uma parte da resistência recusou-se a entregar armas, mesmo depois de combater a República de Saló, fascista, no norte, e ainda se seguiram três meses de guerra civil. Mas onde este dilema foi mais forte foi onde a resistência, depois de derrotar o fascismo, disputou o poder com as forças liberais, pró ocidentais, na Iugoslávia e na Grécia.

Em abril de 1941, os alemães bombardearam Belgrado. Na Croácia, ao lado, havia sido constituído um regime fantoche pró-fascista alemão, que tinha, na sua constituição, os “ustacha”, uma ala fascista de um partido de direita. No entanto, poucos dias depois da Operação Barba Ruiva, a resistência iugoslava levantou-se em massa contra o invasor. Josip Tito a dirigia a partir de um comitê militar ligado aos comunistas. À frente dos guerrilheiros, estavam os *partisans*, que lutaram contra o invasor – agora sobretudo tropas de Mussolini –, mas também contra os “ustachas” e contra o “chetniks”, os nacionalistas sérvios, apoiados pelo Reino Unido.

Os *partisans* conseguiram ganhar a guerra paulatinamente e, nas zonas libertadas, constituíram comitês populares. Começou a desenhar-se, muito por pressão de Tito, uma federação para os eslavos do sul. A Iugoslávia ficou fora do Pacto de Varsóvia, a aliança militar construída pela URSS no pós 1945. Apesar de ter sido um dos mais importantes aliados da URSS contra a Alemanha nazi – quase metade da população esteve envolvida na guerrilha comunista –, a Iugoslávia decidiu não seguir a URSS. Tito optou por juntar-se aos países “não alinhados”.

As relações entre a União Soviética e a Iugoslávia terminaram em 1948. A Iugoslávia foi expulsa do Cominform – o sucessor do Comintern – que tinha exatamente a sede em Belgrado, capital da Iugoslávia. Na altura, Tito e seus aliados expulsaram os dirigentes do Partido Comunista Iugoslavo que eram pró-soviéticos e rodearam-se dos reformistas, para construir um modelo de socialismo que apelidavam de “humanismo marxista e autogestão dos trabalhadores”. Iniciou-se então uma série de reformas econômicas, sempre privilegiando a indústria e não a agricultura, e com alguma descentralização executiva.

A URSS respondeu com um bloqueio econômico e político à Iugoslávia. Era intolerável, ali aos seus “pés” – geográfica e politicamente falando – um regime rebelar-se, sobretudo quando era através deste país que a URSS tinha o seu principal acesso ao Mar Mediterrâneo. A asfixia econômica ameaçou o regime de Tito de tal forma que este decidiu pedir ajuda aos países capitalistas. Solicitou aos Estados Unidos um empréstimo de 105 milhões de dólares para fazer face à escassez alimentar. Esta dissidência irritou Moscou. A URSS e os seus satélites derrogaram os tratados de amizade que tinham com a Iugoslávia e impediram sua entrada no Comecon (Conselho para a Assistência Econômica Mútua), uma resposta soviética ao Plano Marshall norte-americano. Em resposta, a Iugoslávia apoiou, nas Nações Unidas, o embargo de armas à Coreia do Norte e à China durante a Guerra da Coreia.

Em 1953, as relações entre a URSS e a Iugoslávia começaram a ser reatadas e foi exatamente em 1955 que os dirigentes soviéticos Bulganin e Krushev visitaram Belgrado pela primeira vez. Tito, apesar da reconciliação, conservou sua relação com o ocidente.

A Iugoslávia não sobreviveu à crise econômica, à queda da União Soviética e à pressão dos países ocidentais de “dividir para reinar”. Havia que impedir um estado forte e grande no centro da Europa. Os nacionalismos e a crise econômica, o expansionismo econômico alemão a leste, pós reunificação, foram o caldo que alimentou a desintegração que rebentou nos anos 1990 com a guerra da Bósnia, em 1992 (PEREIRA, 1999).

Depois da vitória dos *partisans* na II Guerra Mundial, Tito tornou-se o líder da Iugoslávia e de um exército que, na altura, era o quinto maior da Europa. Com o seu modelo “autogestionário” de socialismo, afastou-se da URSS. Em 1961, Tito era um dos principais anfitriões da Conferência dos não-alinhados.

A formação do estado moderno grego só esteve terminada – como todas as revoluções burguesas de forma violenta –, na guerra grego-turca de 1918-1922. Uma tragédia que ainda hoje marca de forma viva o país, porque o desenlace terminou com a

deportação massiva de populações: 1 milhão de gregos foram expulsos durante a noite, sem nada, da Ásia Menor para a Ática e toda a Grécia, e 400 mil turcos do que é hoje a Grécia para a Turquia. O mesmo café – fervido com o próprio pó fino, que ao esfriar assenta na base da cafeteira de cobre e pega de madeira – chama-se café “grego” na Grécia e café “turco” na Turquia. É idêntico. Ficou separado por uma fronteira. O nascimento das nações.

A formação do capitalismo moderno só pode ser realizada mediante a conjugação de alguns fatores. Um estado nacional, conquistado em revoluções burguesas violentas, que crie um mercado único. Existência de um proletariado, isto é, braços que não têm nada para vender a não ser a sua força de trabalho –; isso realiza-se mediante a expropriação das ordens religiosas, bens nacionais e terras comunais, e dos camponeses, de terras, privadas ou comunais, com impostos, leis etc. Os icônicos *enclosures* na Inglaterra da revolução industrial. É ainda necessário, para haver capitalismo, quem acumule “investimento” a partir de um capital inicial. Que, como é inicial, não vem da exploração da força de trabalho – não há força de trabalho ainda, estamos no início da formação do modo de produção. Mas do roubo, pirataria, usura, leis de expropriação de bens religiosos, nacionais etc.:

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política um papel análogo ao pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e deste modo o pecado desceu sobre o género humano. Explica-se a sua origem contando-a como episódio ocorrido no passado. Em tempos muito remotos, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro lado, uma ralé preguiçosa que dissipava tudo o que tinha e mais que houvesse. A lenda do pecado original teológico conta-nos, certamente, como o homem foi condenado a ganhar o seu pão com o suor do seu rosto; no entanto, a história do pecado original económico revela-nos por que há gente que não tem necessidade disso. Tanto faz. [...] Na história real, como se sabe, a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência, desempenham o principal papel. Na suave economia política reinou desde sempre o idílio. Desde sempre, o direito e o “trabalho” têm sido os únicos meios de enriquecimento, exceptuando-se de cada vez, naturalmente, “este ano”. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva são tudo menos idílicos. (MARX, 2013, p. 785-786).

Na Grécia, os proletários tiveram origem diferente, por causa deste trágico acontecimento, expulsão de um milhão de pessoas, que chegaram à cidade sem nada, dispostos a vender a força de trabalho por qualquer coisa. E foi assim que a Grécia deu um pulo na acumulação, modernização, quando o mundo inteiro, em 1929, entrou em crise e floresceram na Grécia as empresas têxteis, tabaco etc, à procura dessa nova mão-de-obra barata. Foi aí que Atenas começou a tornar-se uma grande cidade moderna. A burguesia grega historicamente acumulou capital num regime de dependência, como comerciantes e intermediários entre a Europa e a Ásia, como mercadores do mercado negro na Segunda Guerra Mundial.

A resistência grega às forças de ocupação italianas e nazis foi em grande parte conduzida pelos comunistas. Em 1945, os gregos estavam todos armados, havia um governo nas montanhas que foi eleito nessa votação clandestina. *Partisans* eram 100 mil e, nas redes de apoio à resistência, 200 mil. Durante a ocupação nazi, a resistência armada grega organizou uma votação clandestina que recolheu, sob as barbas do exército nazi, 2 milhões de votos. Não é este o exemplo atualmente evocado para falar das origens da democracia grega – depois da crise do país em 2008 – mas uma sociedade escravocrata da antiguidade. A primeira vez que as mulheres tiveram o direito de voto na Grécia foi nessa votação (GKLUCKSTEIN, 2012, p. 42), em 1944, quando os trabalhadores estavam armados.

Mas quando o país foi libertado, num acordo de partilhas entre Churchill e Stalin, o direito foi retirado e as mulheres na Grécia só voltaram a votar nos finais de 1950. Em 1945, os ingleses estavam resumidos a um hotel, o *Britânia*, no centro de Atenas – ainda existe –

e todas as armas estavam na mão da população que tinha construído de fora do Estado um “Estado” paralelo que garantiu distribuição de alimentos, cuidados de saúde etc. Um grupo de *partisans* entrou pelos esgotos do hotel para fazê-lo explodir mas morreu com a inalação dos gases tóxicos. A história também tem destes acasos. Não foi por isso, porém, que os gregos foram desarmados e colocados na esfera ocidental, mais tarde como parte da NATO. Churchill e Stalin, nos acordos de Yalta e Potsdam, dividiram a Grécia e convenceram os camponeses e trabalhadores a entregar as armas. Milhares não entregaram e começou a guerra civil (BAERENTZEN; SMITH, 1987). Os comunistas gregos foram abandonados pela URSS de Stalin à sua sorte. Até 1949, travaram uma guerra civil contra parte da esquerda dividida, a direita grega e o exército britânico. O regime saído desta guerra civil foi um regime autoritário, mas, pelo menos formalmente, democrático, na esfera de influência ocidental. A 21 de abril de 1967, o dia em que se inaugurava a campanha eleitoral para as legislativas na Grécia, um grupo de oficiais do Exército, liderado pelo coronel Georgios Papadopoulos, deu um golpe de estado e apoderou-se do poder, dando início a um período de ditadura marcado pela perseguição das oposições, por numerosas prisões e deportações.

Referências:

BAERENTZEN, Lars; SMITH, Ole L. (Eds.). **Studies in the history of the Greek Civil War. 1945-1949**, Copenhagen: Museum Tusculanum Press, 1987.

DIÁRIO DE LISBOA, Lisboa, 8 ago. 1945.

ENTREVISTA de Raquel Varela a Gerhard Baumgartner, historiador e diretor do Centro de Documentação da Resistência Austríaca. **Revista Rubra**, Lisboa, n, 21, Inverno de 2015. Tradução de Guilherme Lopes.

FALLEND, Karl; GONSA, Christian. **NS-Zwangsarbeit**: der Standort Linz der Reichswerke Hermann-Göring-AG Berlin, 1938-1945. Böhlau Verlag Wien, 2001.

GARAUDY, Roger. *Lembra-te!* Breve história da URSS. Porto: Campo das Letras, 1995.
GKLUCKSTEIN, Donny. **A people's history of the Second World War**, resistance versus empire. Chicago: Pluto Press, 2012.

HARMAN, Chris. **A people's history of the world**. London; Sidney: Bookmarks, 1999.
LEVI Primo. *O último Natal de guerra*. Lisboa: Cotovia, 2015.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PELIKAN, Jiri. The struggle for socialism in Czechoslovakia. **New Left Review**, n. 71, p. 3, 1972.

PEREIRA, Carlos Santos. **Da Jugoslávia à Jugoslávia**. Os Balcãs e a Nova Ordem Europeia. Lisboa: Cotovia, 1999.

PERRAULT, Gilles. **A Orquestra Vermelha**. S/l, 1976.

RATHKOLB, Oliver. **NS-Zwangsarbeit**: Der Standort Linz der Reichswerke Hermann Göring AG Berlin, 1938-1945. Wien: Böhlau, 2001.

REPÚBLICA, Lisboa, 9 ago. 1945.

ROSAS Fernando (Coord.). **Portuguese forced labourers in the Third Reich**, 1939-1945. Memory, responsibility, future. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, nov. 2017. Disponível em: <<http://ihc.fcsh.unl.pt/events/trabalho-forcado-na-europa-segunda-guerra-mundial/>>.

ROSAS, Fernando. **Pensamento e acção política**. Portugal século XX (1890-1976). Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

SERGE, Victor. **Midnight in the century**. NYRB Classics, 2015.

STEINBECK, John. **As vinhas da ira**. Lisboa: Livros de Brasil, 2016.

TREPPER, Leopold. **The great game**: memoirs of the spy Hitler couldn't silence. New York: McGraw-Hill, 1983.

WOOD, Ellen; FOSTER, John Bellamy (Eds). **Em defesa da história**. Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

ZINN, Howard. **A people's history of the United States**. New York: HarperCollins, 2003.

Recebido em janeiro de 2019.

Aprovado em janeiro de 2019.